



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PANTANAL DO NORTE**

Contratos

Rev. 01

05/02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANTANAL DO NORTE

CHECKLIST – GESTÃO CONTRATUAL

Objetivo: Garantir que os trabalhos de auditoria na gestão de contratos de serviços sejam executados de forma objetiva, eficiente e padronizados.

UNIDADE AUDITADA	
GESTOR DA UNIDADE	

Resposta desejada = Sim em todos os quesitos

Procedimentos	Base Legal 8.666/93 /Jurisprudência do TCU	S	N	N/A
1. Formalização				
1.1. Houve formalização do Termo de Contrato nos casos obrigatórios? (Concorrência, tomada de preços, pregão, dispensa e inexigibilidade com valores compreendidos nos limites da concorrência e TP e contratações com previsão de “assistência técnica” ou “entrega futura”)	Art. 62, caput, da Lei 8.666/93 e Acórdãos 2.720/2011-TCU-1a Câmara, 4.767/2011-TCU-1a Câmara			
1.2. O contrato contempla todas as cláusulas necessárias previstas no art. 55 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, especialmente as cláusulas de <u>despesa e penalidades</u> ?	Art. 55 da Lei nº 8.666/1993, Acórdãos 3.131/2010-2a Câmara, 1.854/2009-Plenário, Acórdãos 536/2011-TCU-Plenário, 137/2010-TCU-1a Câmara.			
1.3. Foi constatada execução de serviços com a respectiva formalização de contrato ou aditivo contratual?	Art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e Acórdãos nº 1.808/2008, 1.746/2009 e 3.131/2010, todos do Plenário e Acórdão 32/2007-Segunda Câmara			
1.4. A minuta do contrato e aditivo foi aprovada pela Assessoria ou Procuradoria Jurídica?	Art.38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993			
2. Duração e prorrogação				
2.1. A vigência do contrato foi estabelecida por tempo determinado?	Art. 57, § 3º da Lei nº 8.666/1993, Súmula/TCU 191 e Resolução de Consulta TCE/MT no 13/2015 - TP ¹¹ _{SEP}			
2.2. Nas prorrogações contratuais, houve demonstração de sua vantajosidade?	Inciso II do art. 57 da Lei no 8.666/93; acórdão TCU no 1913/2006 – Segunda Câmara e acórdão TCE/MT no			

	1.172/2014 e 45/2015, ambos do Tribunal Pleno.			
3. Publicidade				
3.1. A publicação resumida do contrato na imprensa oficial ocorreu até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura?	Art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 e Acórdãos 400/2010-TCU-Plenário, 4.016/2010-TCU-2a Câmara, 277/2009-TCU-Plenário			
3.2. A entidade publicou informações do contrato em seu sítio oficial, de acordo com a Lei 12.527/2011?	Lei 12.527/2011 e Ac TCU 2622/2015 - P			
4. Execução				
4.1. Ha compatibilidade entre o que foi efetivamente realizado e as especificações ajustadas no contrato?	Art. 65 a 76 da Lei n. 8666/93			
4.2. Não houve sub-rogação de direitos e obrigações de parte do Contrato para outra empresa?	Acórdãos 753/2011-TCU-Plenário, 1.151/2011-TCU-2a Câmara, Resolução de Consulta TCE/MT 04/2008			
4.3. A subcontratação parcial foi realizada com previsão no edital de licitação e no contrato, e somente após autorização formal da administração?	Artigo 72 da Lei 8.666/1993 e Acórdãos 717/2011-TCU-2a Câmara, 748/2011-TCU-Plenário; Resolução de Consulta no 04/2008			
4.4. O empenho foi emitido antes da realização da despesa?	Lei n.º 4.320/64, em seu art. 60 e Acórdão TCU 599/20017 - P			
4.5. Os documentos fiscais evidenciam que os serviços foram prestados ou que os materiais foram entregues?	Art. 61, 62 e 63 da Lei 4.320/1964; Acórdão TCE/MT no 3489/2015 – TP e no 39/2014 – PC			
4.6. Está sendo verificada a regularidade fiscal da contratada antes da emissão do pagamento, inclusive regularidade trabalhista?	Súmula TCE/MT no 009, Acórdão TCU 2254/2008 – P e Acórdão nº 1.054/2012 – P			
4.7. Os pagamentos foram realizados somente após a execução do objeto, sendo vedado o pagamento antecipado ?	Art. 62 da Lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta TCE/MT no 50/2011 e 3/2016 - TP, ON AGU no 37/2011 e Acórdão 406/2011 e 1.341/2010-TCU- Plenário			
4.8. O contrato não prevê retenção de pagamento em razão de ausência de regularidade da contratada?	RMS nº 24953/CE do STJ, Acórdão nº 964/2012-P, Acórdão TCE/MT no 700/2003 e Parecer PGFN nº 2016/2009			
4.9. No caso de contratação de prestador de serviço pessoa física, foram previstos no contrato pagamentos da contribuição previdenciária (INSS patronal e retenções) e de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)?	Lei n. 8.212/91			
4.10. No momento da contratação e durante a execução do contrato, o contratado, pessoa jurídica, não se encontrava em débito com o sistema da seguridade social?	Art. 195, §3º da Constituição Federal			
4.11. Nos contratos de prestação de serviços, a repactuação ocorreu após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação das propostas ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta?.	Acórdãos TCU 1.621/2011-TCU-1a Câmara, 2.548/2011-TCU-1a Câmara			
5. Fiscalização				

5.1. Foi formalmente designado pela Administração representante para realização da tarefa de fiscalização do Contrato (gestor de contrato, fiscal técnico, administrativo e setorial) em conformidade com o art. 67, da Lei nº 8.666/93 e art. 40, da IN 05/2017?	Súmula TCE/MT 005; Acórdão TCU no 100/2013 – Plenário; Acórdão TCU no 3676/2014 - Segunda Câmara e acórdão TCE/MT no 1192/2014 - TP ^[1] _{SÉP}			
5.2. A execução do Contrato foi efetivamente acompanhada e fiscalizada, em conformidade com o art. 67, § 2, do art. 41, da IN 05/2017 e da Lei nº 8.666/93?	Acórdão TCU no 2605/2012 – Plenário e acórdão TCE/MT no 1199/2014 - TP			
6. Alteração Contratual				
6.1. Os aditivos contratuais observaram o percentual estabelecido na Lei nº 8.666/93?	Lei 8.666/1993, em seu art. 65, § 1º e Acórdãos 521/2011-TCU-Plenário, 318/2010-TCU-Plenário; Resolução de Consulta TCE/MT no 45/2011 e acórdão TCE/MT no 2815/2014 - TP			
7. Atualização do valor do contrato				
7.1. As alterações de valor (repactuação, reajuste de preços e revisão) guardam conformidade com as condições e limites estabelecidos no art. 53 e seguintes, da IN 05/2017, Lei nº 8.666/93 e jurisprudência do TCU?	IN 05/2017, LEI 8666/93			
7. Garantia Contratual				
7.1. A garantia contratual foi apresentada nas modalidades previstas no art. 56 da lei n. 8666/93?	Art. 56 da Lei nº 8.666/93 e Acórdão TCU nº 1.981/2009 – Plenário			
7.2. A garantia apresentada prevê cobertura para encargos trabalhistas e previdenciários nos contratos de prestação de serviços?	Súmula nº 331 do TST e STF: ADC 16/DF			
7.3. O valor da garantia foi atualizado nos acréscimos, supressões e aditamentos do contrato?	Acórdão TCU no 3404/2010 – Plenário e 2372/2013 – Plenário ^[1] _{SÉP}			
7.4. A garantia foi apresentada antes da efetiva celebração do contrato? Obs.: Exceto em Seguro-Garantia e Fiança Bancária	Acórdão nº 1883/2011 – 1ª Câmara			
8. Recebimento Provisório e Definitivo				
8.1. Em se tratando de compras e serviços, houve recebimento provisório e definitivo?	Art. 75 da Lei nº 8.666/93 e Acórdão TCU no 2342/2016 – Plenário			
8.2. Há segregação de função entre o recebimento provisório e o definitivo?	Acórdão nº 1679/2015 – TCU – Plenário e inciso I, do art. 50, da IN MPDG nº 05/2017			

Cuiabá-MT, ____/____/____	Servidor responsável pela análise (nome e assinatura)
----------------------------------	--

Atualizado em 05/02/2020